

LEI Nº 4.005, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.



**Autoriza o Poder
Executivo a doar, com
encargos, imóvel do Município de
Sapucaia do Sul à Sociedade
Porvir Científico.**

O Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul, em exercício. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da **Lei Orgânica** do Município, sanciono e promulgo a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo de Sapucaia do Sul autorizado a doar, com encargos, à Sociedade Porvir Científico, Associação Civil de Direito Privado, CNPJ nº 92.741.990/0001-37, imóvel situado na Rua Irmã Edviges, 538, Loteamento Jardim América, o imóvel matriculado sob nº 16446 do Registro de Imóveis de Sapucaia do Sul, com a seguinte descrição atualizada conforme AV-3/16.446:

"TERRENO URBANO constituído da Área Institucional número dois (2) da quadra número quinze (15) do setor 04H43, do mapeamento geral, no Loteamento denominado "Jardim América", de forma retangular, com a área superficial de nove mil e seiscentos metros quadrados (9.600,00 m²), situado no oeste, no alinhamento da rua Irmã Edviges, lado PAR, e ao leste, no alinhamento da Passagem para Pedestre PPH43-H33-758, distante a face norte, ao correr do alinhamento da rua Irmã Edviges, vinte e cinco metros (25,00m) da esquina da rua Anália Teixeira, com as seguintes dimensões e confrontações: AO NORTE, na extensão de noventa e seis metros (96,00m), com os lotes números nove (9) e dezesseis (16); AO SUL, na mesma extensão, com os lotes números um (1) a oito (8); AO LESTE, na extensão de cem metros (100,00m), com o alinhamento da Passagem para Pedestre PPH43-H33-758; e, AO OESTE, na mesma extensão, com o alinhamento da rua Irmã Edviges. O quarteirão é formado pelas ruas Anália Teixeira, Irmã Edviges, Nair da Silva Rufino e pela Passagem para Pedestre PPH43-H33-758."

Parágrafo único. Integra o imóvel descrito no caput deste artigo um prédio de alvenaria descrito na AV-4/16.466 construído às expensas da donatária e sob sua responsabilidade.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º desta Lei destina-se ao funcionamento de estabelecimento de ensino no Município de Sapucaia do Sul.

Art. 3º O imóvel de que trata esta Lei reverterá ao patrimônio do Município de Sapucaia do Sul em caso de destinação diversa a prevista no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. Havendo destinação diversa da finalidade prevista nesta Lei, descumprimento parcial ou total de contrapartidas, encargos, obrigações e prazos previstos

nesta Lei, ou em instrumento específico decorrente do ato autorizativo da doação, o imóvel reverterá ao patrimônio do Município de Sapucaia do Sul, sendo incorporadas ao imóvel todas as benfeitorias e acessões executadas até o tempo da reversão, dispensada a necessidade de indenização pelo doador, inclusive quanto às contrapartidas efetivadas pela donatária.

Art. 4º O imóvel de que trata esta Lei tem o valor atualizado da avaliação, em julho de 2019, no montante de R\$ 3.360.000,00 (três milhões e trezentos e sessenta mil reais) e terá como contrapartida da donatária encargos avaliados em igual montante, conforme a seguir descritos:

I - 50% (cinquenta por cento) dos custos para a gestão compartilhada de duas escolas de educação infantil da rede municipal de ensino de Sapucaia do Sul por dois anos, a contar de fevereiro de 2020;

II - 50% (cinquenta por cento) do valor de cursos de pós-graduação e de formação para docentes da Rede Municipal de ensino de Sapucaia do Sul;

III - bolsas integrais e/ou parciais de mestrado e de doutorado para docentes da Rede Municipal de ensino de Sapucaia do Sul; e

IV - aplicação de prova de avaliação de conhecimentos nos moldes da prova Brasil nas escolas da Rede Municipal de ensino de Sapucaia do Sul.

§ 1º As contrapartidas, metas, etapas, obrigações, cronograma físico-financeiro de execução, forma de acompanhamento e fiscalização do cumprimento dos encargos e prazos envolvidos deverão ser especificados em instrumentos próprios e respectivos planos de trabalho.

§ 2º As contrapartidas previstas nesta Lei terão interveniência da Universidade La Salle, CNPJ nº 92.741.990/0040-43, e da Fundação La Salle, CNPJ nº 08.341.725/0001-55, de acordo com suas áreas de atuação.

§ 3º Os encargos estabelecidos nesta Lei deverão ser implementados em até 4 (quatro) anos a contar da publicação desta Lei.

§ 4º Eventual ajuste nas contrapartidas estabelecidas nesta Lei deverá ser objeto de alteração legislativa específica.

Art. 5º O bem objeto desta doação fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, as quais deverão constar na respectiva matrícula, sob responsabilidade e às expensas da donatária.

Parágrafo único. Caso a donatária necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do doador.

Art. 6º As despesas com escritura e registro de imóveis correrão por conta da donatária.

§ 1º A escritura pública de doação deverá ser providenciada pela donatária no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta Lei.

§ 2º A donatária é responsável por todas as custas e emolumentos devidos aos tabelionatos, ofícios imobiliários, impostos de transmissão e demais encargos inerentes a esta doação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sapucaia do Sul, em 19 de dezembro de 2019.

Arlênio da Silva
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e publique-se.

[Download do documento](#)